



**ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM
SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA, DA
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito,

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 65, 22º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSORA"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominada "AGENTE FIDUCIÁRIO"), representando a comunhão dos debenturistas (os "Debenturistas") adquirentes das Debêntures objeto desta Escritura,

vêm celebrar a presente Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (a "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. - DA AUTORIZAÇÃO

1.1.- A presente Escritura é firmada com base nas deliberações das Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração da EMISSORA, a primeira realizada em 26 de julho de 2002 e a segunda a ser realizada após a definição da remuneração final das Debêntures (as "RCAs"), nos termos do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada pela Lei 10.303 de 31/10/2001 (a "Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II. - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante designadas, individualmente, "Debênture" e coletivamente, "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.- Arquivamento e Publicação das Atas da RCAs

As atas das RCAs relativas à emissão das Debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do *Comercio*, no jornal Valor Econômico e no jornal a *Gazeta Mercantil* - Edição Nacional, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.- Arquivamento da Escritura

A presente Escritura será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3.- Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta emissão pública de Debêntures da EMISSORA (a "Emissão") será registrada junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") na forma da Lei 6.385 de 7/12/76, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4.- Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (a "ANBID")

A Emissão será registrada na ANBID no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID de 16/01/2002, para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários.

2.5.- Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação (i) no mercado primário junto ao SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") e no Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA (o "BOVESPA FIX" e a "BOVESPA", respectivamente), sendo custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"); e (ii) no mercado secundário junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e ao BOVESPA FIX.

CLÁUSULA III. - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1.- Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem como objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

3.2.- Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 2ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

3.3.- Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais).

3.4.- Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da presente Emissão serão utilizados como capital de giro, podendo ser empregados pela EMISSORA para o pagamento de fornecedores, despesas operacionais e dívidas financeiras, bem como modernização de equipamentos e infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, entre outras, não havendo destinação específica para nenhum investimento, projeto ou quitação de obrigações.

3.5.- Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1.- Observadas as disposições da Instrução CVM 13/80 e as condições previstas nesta Escritura, as Debêntures serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores (conforme definido abaixo), sob o regime de melhores esforços de colocação, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM 13/80. Serão atendidos preferencialmente os clientes do Banco Bradesco S.A., Banco Pactual S.A. e Caixa Econômica Federal (conjuntamente, os “Coordenadores”) e de eventuais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e devidamente autorizadas a operar no mercado de capitais, subcontratadas pelos Coordenadores, sujeita a comunicação prévia por escrito à EMISSORA, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.5.2. - Os Juros (conforme definido abaixo) somente serão definidos durante o processo de *bookbuilding*, a ser realizado conforme estabelecido no Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência, Mediante Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª Emissão, em Série Única, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, celebrado em 29 de julho de 2002, entre a EMISSORA e os Coordenadores.

3.5.3.- Após a realização do processo de *bookbuilding*, a presente Escritura será objeto de aditamento, nos termos da Cláusula V abaixo, do qual constarão os Juros (conforme definido abaixo).

3.5.4. - A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da distribuição pela CVM, da disponibilização do respectivo prospecto aos Investidores e da publicação do anúncio de início de distribuição.

3.6.- Certificados de Debêntures

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.6. desta Escritura. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

3.7.- Limite de Emissão

A presente Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, considerando que o capital social da EMISSORA, na data de assinatura desta Escritura era de R\$16.291.561.324,68 (dezesseis bilhões, duzentos e noventa e um milhões, quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos) e que o valor nominal total da 1ª Emissão de debêntures da EMISSORA era de R\$430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), na respectiva data de emissão, com vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2015.

3.8.- Banco Mandatário

O banco mandatário e escriturador das Debêntures será o Banco Itaú S.A.

CLÁUSULA IV. - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1.- Das Características Básicas

4.1.1.- Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de agosto de 2002 (a "Data de Emissão").

4.1.2.- Valor Nominal Unitário: O valor nominal das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais) (o "Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

4.1.3.- Número de Séries: A Emissão será feita em série única.

4.1.4.- Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 750.000 (setecentas e cinquenta mil) Debêntures, observado o disposto na Cláusula V desta Escritura.

4.1.5.- Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures será de 10 (dez) anos, vencendo-se, portanto, em 1º de agosto de 2012 ("Data do Vencimento"), ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) de que trata o item 4.2 desta Escritura.

4.1.6.- Forma e Tipo: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e serão do tipo escritural, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das Debêntures (o "Banco Depositário").

4.1.7.- Conversibilidade: As Debêntures serão simples (não conversíveis em ações).

4.1.8.- Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia e sem preferência, concorrendo em igualdade de condições com os demais credores quirografários da EMISSORA.

4.2.- Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da presente Emissão farão jus à seguinte remuneração (a "Remuneração"):

4.2.1. Atualização

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado (a "Atualização") a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left[\frac{IGP-M_1}{IGP-M_0} \right]^{\frac{dup_1}{360}} \times \left[\frac{IGP-M_2}{IGP-M_1} \right]^{\frac{dup_2}{360}} \times \dots \times \left[\frac{IGP-M_n}{IGP-M_{n-1}} \right]^{\frac{dup_n}{360}}$$

onde:

IGP-M₀ é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

IGP-M₁ é o valor do número índice do IGP-M do mês de início de atualização;

IGP-M₂ é o valor do número índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

IGP-M_n é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número índice do IGP-M do mês de atualização;

IGP-M_{n-1} é o valor do número índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dup é o número de dias úteis da última data base até a data de atualização, sendo "dup" um número inteiro;

dut é o número de dias úteis contidos entre a última e a próxima data base, sendo "dut" um número inteiro.

Para efeitos das definições acima, considera-se “datas de aniversário” as datas correspondentes ao primeiro dia útil de cada mês, e “data base” como sendo o primeiro dia útil de cada mês.

O número índice do IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último número índice do IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis*, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a EMISSORA e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável. Se a não divulgação do IGP-M for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M às Debêntures, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures entre a EMISSORA e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a EMISSORA deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, utilizando-se o último IGP-M divulgado oficialmente, acrescido dos juros remuneratórios estabelecidos na forma do item 4.2.3 abaixo.

4.2.2.- Periodicidade de Pagamento da Atualização

A Atualização será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário, somente nos casos de aquisição facultativa ou resgate antecipado obrigatório, se houver, e na Data do Vencimento das Debêntures.

4.2.3. Juros

As Debêntures farão jus ao pagamento de juros (os “Juros”) correspondentes a uma taxa fixa anual, base 252 dias úteis, a ser definida em processo de *bookbuilding*. A taxa máxima será definida com base na taxa de remuneração da Nota do Tesouro Nacional - Série C, Código Selic 770100, de 1º de março de 2011, relativa ao último ~~fechamento~~ primário que tiver ocorrido nos 30 dias anteriores ao processo de *bookbuilding*, ou caso não tenha ocorrido, a média ponderada das cotações máximas dos referidos títulos no

mercado secundário, dos últimos 10 dias úteis imediatamente anteriores à data de realização do processo de *bookbuilding*, capitalizada de um spread a ser definido, até o patamar máximo, de 0,75% ao ano. Os Juros definitivos constarão de aditivo a esta Escritura nos termos da Cláusula V abaixo e serão divulgados no anúncio de início de distribuição pública das Debêntures. Os Juros serão calculados sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, adotando-se a forma exponencial e cumulativa por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, desde a Data de Emissão, ou Data de Vencimento dos Juros (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu vencimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = Valor dos Juros devidos na data de seu vencimento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures na data de vencimento dos Juros, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{n}{252}} \right\}$$

onde:

taxa = Juros, na forma percentual anual, a ser fixado em processo de *bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais;

n = número de dias úteis entre o último e o próximo evento contidos em cada período de pagamento dos juros, conforme definido em 4.2.4 abaixo, sendo "n" um número inteiro;

4.2.4.- Periodicidade de Pagamento dos Juros

Os Juros serão pagos anualmente, a contar da Data de Emissão, no dia 1º de agosto dos anos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, observado o disposto no item 4.4. abaixo (as "Datas de Vencimento dos Juros").

4.3.- Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (b) utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas na BOVESPA FIX; ou (c) para os titulares das Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio de instituição financeira contratada para este fim.

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no endereço indicado no item 4.13 abaixo, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

4.4.- Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente à data dos referidos prazos, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo, se esta data coincidir com dia em que não haja expediente bancário nas Cidades do Rio de Janeiro e/ou de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou CBLC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.5.- Encargos Moratórios e Multa

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela EMISSORA ficarão sujeitos a multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso devidamente atualizados e acrescidos da Remuneração devida, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.6.- Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item 4.5. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

4.7. Forma de Pagamento

Todos os pagamentos de valores devidos pela EMISSORA nos termos desta Escritura deverão ser feitos em moeda corrente nacional.

4.8.- Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão deverão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública que será de até seis meses a contar do registro de distribuição pública concedido pela CVM, com integralização à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, que será efetuada por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT administrado pela ANDIMA/CETIP e do sistema de negociação BOVESPAFIX. A qualquer momento durante o prazo de subscrição, as Debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas poderão ser canceladas, a exclusivo critério da EMISSORA, mediante deliberação de seu Conselho de Administração. Sem prejuízo do disposto acima, o prazo de distribuição pública será considerado encerrado a partir da data em a EMISSORA deliberar o cancelamento das Debêntures não colocadas, devendo a EMISSORA proceder à publicação do anúncio de encerramento de distribuição no prazo previsto na legislação em vigor.

Conforme disposto no §3º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, outras emissões de debêntures que tenham sido aprovadas pela EMISSORA somente poderão ser realizadas após a colocação integral ou cancelamento das Debêntures desta 2ª emissão.

4.9.- Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.10.- Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

4.11.- Amortização

O pagamento relativo ao Valor Nominal Unitário das Debêntures será realizado em uma única parcela, juntamente com a Atualização do Valor Nominal Unitário, na Data do Vencimento.

4.12.- Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, nas edições nacionais dos jornais em que a EMISSORA publica seus atos societários (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Jornal do *Commercio*, Gazeta Mercantil, e Valor Econômico). Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures serão publicados somente na edição nacional do jornal “Gazeta Mercantil – Edição Nacional” e, eventualmente, em outros jornais que a EMISSORA publique seus atos societários.

Y



4.13.- Notificações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Av. República do Chile, 65, 4º andar

20035-900, Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Luciana Bastos de Freitas Rachid

Gerente Executiva Relacionamento com Investidores

Telefone: (21) 2534-1510

Fac-símile: (21) 2534-6055

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205

22640-100, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003

Fac-símile: (21) 2493-4746/4901

Para o BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR:

BANCO ITAÚ S.A.

Rua Boa Vista, 176, 4º andar, Corpo 5

At.: Superintendência de Serviços de Ações e Debêntures

Telefone: (11) 3247-1906 ou 1905

Fac-símile: (11) 3247-1917

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. Cada parte deverá comunicar a outra a mudança de seu endereço.

CLÁUSULA V - DO ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1.- Quaisquer modificações à presente Escritura serão realizadas por meio de aditamentos, que também deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VI - DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

6.1.- A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho da Administração da EMISSORA terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

6.2.- Não será permitido o resgate antecipado facultativo das Debêntures pela EMISSORA, não obstante o resgate antecipado previsto no item 4.2.1 acima.

CLÁUSULA VII. - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1.- Observado o previsto no item 7.2 abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:

- (a) não pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas e condições previstas na Escritura da Emissão, sendo que no caso da Remuneração, em até 15 (quinze) dias após o respectivo vencimento;
- (b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, ou o pedido de falência formulado pela EMISSORA ou por qualquer credor da EMISSORA, desde que este pedido permaneça vigente por um período superior a 90 (noventa) dias;
- (c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- (d) extinção ou dissolução da EMISSORA;
- (e) pedido de concordata preventiva formulado por qualquer controlada da EMISSORA que, na data do evento, represente mais de 5% (cinco por cento) dos ativos totais da EMISSORA, calculados conforme as últimas demonstrações financeiras consolidadas da EMISSORA (uma "Controlada Relevante"), ou o pedido de falência formulado por qualquer Controlada Relevante ou por qualquer credor de qualquer Controlada Relevante, desde que este pedido permaneça vigente por um período superior a 90 (noventa) dias;
- (f) liquidação, decretação de falência, extinção ou dissolução de qualquer Controlada Relevante;

- (g) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na Escritura da Emissão, não sanada em até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do recebimento pela EMISSORA de notificação escrita enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, sendo certo que o prazo de 60 (sessenta) dias para o saneamento de qualquer violação às disposições da Escritura da Emissão não será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado aqui previstas;
- (h) as declarações previstas nesta Escritura provarem-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas nas respectivas datas em que foram feitas, exceto se de tal fato não acarretar um efeito material adverso para a EMISSORA ou um efeito material adverso nos direitos dos Debenturistas, competindo ao AGENTE FIDUCIÁRIO, após discussão com a EMISSORA, declarar, a seu exclusivo critério, de forma fundamentada e por escrito, a ocorrência de um evento material adverso que afete a EMISSORA e/ou os Debenturistas;
- (i) vencimento antecipado de uma ou mais obrigações da EMISSORA cujo valor considerado em conjunto seja igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se este vencimento antecipado ocorrer em razão da incapacidade ou impossibilidade da EMISSORA de converter Reais em dólares dos Estados Unidos da América ou outra moeda estrangeira para satisfazer essas obrigações, não sendo considerada hipótese de vencimento antecipado das obrigações aqui previstas o pré-pagamento de dívidas devidamente previsto no instrumento evidenciando tal obrigação, por opção da EMISSORA;
- (j) não pagamento pela EMISSORA, na respectiva data de vencimento, de uma ou mais dívidas líquidas e certas, inclusive aquelas oriundas de cumprimento de garantias, cujo valor, considerado em conjunto, seja igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se esse não pagamento ocorrer em razão da incapacidade ou impossibilidade da EMISSORA de converter Reais em dólares dos Estados Unidos da América ou outra moeda estrangeira para satisfazer essas obrigações; e
- (k) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças ou laudos arbitrais definitivos contra a EMISSORA que resulte(m) ou possa(m) resultar, em conjunto, em obrigação de pagamento para a EMISSORA de valor igual ou superior ao valor equivalente em moeda corrente nacional a US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), exceto se essa obrigação for paga nos termos e prazos estabelecidos na(s) sentença(s) ou no(s) laudo(s) arbitral(is).

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (a) até (d) do item 7.1. acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (e) até (k) do item 7.1. acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.2.1. Após a realização da Assembléia Geral de Debenturistas mencionada no item 7.2 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Remuneração e encargos até a data de seu efetivo pagamento, nos termos do item 7.1 acima, a menos que Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

CLÁUSULA VIII. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1.-A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

(i) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) quando solicitado, após o término de cada exercício social, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da respectiva solicitação;
- (b) quando solicitado, após o término de cada trimestre, e respeitados os prazos legalmente estabelecidos, cópia de suas demonstrações financeiras trimestrais, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da respectiva solicitação;
- (c) quando solicitado, cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202 de 6/12/1993, respeitados os prazos legalmente estabelecidos, bem como cópia de qualquer outra demonstração financeira, documento ou relatório arquivado junto à CVM, em no máximo 15 (quinze) dias corridos da solicitação;
- (d) com a maior brevidade possível, e desde que solicitado de forma fundamentada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, qualquer informação relacionada diretamente com a presente Emissão; e
- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, na maior brevidade possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tomar ciência de sua ocorrência. A EMISSORA contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a EMISSORA pretende tomar com relação a tal ocorrência. Caso essas informações decorram de evento, ato ou fato que enseje a publicação de fato relevante pela EMISSORA, nos termos da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, a divulgação de tal evento, ato ou fato ao AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ocorrer concomitantemente à sua divulgação ao mercado, nos termos da referida Instrução CVM 358/02, observado o prazo máximo previsto nesta alínea "e";

(ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(iv) convocar, nos termos do item 10.1. desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

(v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;

(vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202 de 6/12/1993, e fornecer aos Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

(viii) estruturar e manter em adequado funcionamento órgão de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(x) tomar todas as medidas necessárias para (a) manter todos seus direitos (e de suas subsidiárias), títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias na forma como hoje são conduzidos, (b) manter seus bens (e bens de suas subsidiárias) utilizados na condução de seus negócios (e na condução dos negócios de suas subsidiárias) em boas condições, (c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras ~~de suas~~ obrigações de suas subsidiárias), exceto se o não-cumprimento das obrigações previstas em (a), (b) e (c) desta subcláusula (x) não acarretar um efeito material adverso para a EMISSORA ou um efeito material adverso nos direitos dos Debenturistas, competindo ao AGENTE FIDUCIÁRIO, após discussão com a EMISSORA, declarar, a seu exclusivo critério, de forma fundamentada e por escrito, a ocorrência de um evento material adverso que afete a EMISSORA e/ou os Debenturistas;

(xi) manter seguros junto à companhias seguradoras que a EMISSORA entende razoavelmente ser de primeira linha, em valores e contra riscos usualmente incorridos por empresas que atuam no mesmo setor de atividade da EMISSORA;

(xii) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 3.4. acima, indicando as providências que julgar adequadas;

(xiii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(xiv) abster-se de celebrar quaisquer operações com companhias do mesmo grupo econômico (e fazer com que suas subsidiárias abstenham-se) exceto se tais operações forem celebradas em condições de mercado; e

(xv) assegurar que suas obrigações, constantes desta Escritura, constituam sempre obrigações quirografárias da EMISSORA e tenham no mínimo tratamento *pari passu* com quaisquer outras obrigações, presentes ou futuras, quirografárias da EMISSORA no mercado brasileiro (exceto aquelas obrigações que, por força de lei ou regulamento, tenham preferência sobre as obrigações constantes desta Escritura) e que não sejam expressamente subordinadas às obrigações constantes desta Escritura.

8.2 Adicionalmente ao acima exposto, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA se compromete a não constituir qualquer Garantia Real, exceto Garantias Reais Permitidas, sobre seus ativos em garantia de qualquer Dívida, a menos que, anterior ou concomitantemente à criação de qualquer Garantia Real, as obrigações da EMISSORA decorrentes desta Escritura e das Debêntures desta emissão:

(a) sejam igualmente garantidas em benefício dos Debenturistas, ou

(b) tenham o benefício de qualquer outra garantia proposta pela EMISSORA e aprovada por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação em Assembléia Geral de Debenturistas.

Para os efeitos do disposto acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

“Dívida” significa quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes de emissões públicas de títulos representativos de dívida, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo as emissões realizadas de acordo com a “Rule 144-A” e a “Regulation S” do “Securities Act” de 1933, dos Estados Unidos da América;

“Garantia Real” significa qualquer hipoteca, penhor, caução, garantia flutuante ou qualquer outro ônus ou gravame de natureza semelhante;

“Garantia Real Permitida” significa qualquer Garantia Real constituída:

(i) em relação a qualquer obrigação junto ao Governo Federal, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer empresa pública, autarquia, fundação ou órgão governamental, bem como Estados ou demais entes políticos brasileiros;

- (ii) em relação a qualquer obrigação decorrente de garantias de performance (“*performance bonds*”), apólices de seguro (“*surety bonds*”) e seguros para apelação (“*appeal bonds*”) ou obrigações semelhantes incorridas no curso normal dos negócios da EMISSORA e consistentemente com as práticas da EMISSORA;
- (iii) em relação a obrigações incorridas no curso normal dos negócios com vencimento não superior a 1 (um) ano e relacionadas ao financiamento de importações, exportações e outras operações de comércio internacional;
- (iv) sobre um ativo para assegurar o devido pagamento de qualquer obrigação para aquisição deste mesmo ativo, desde que o valor máximo assim garantido não exceda o custo total de aquisição desse ativo ou o valor total da obrigação incorrida exclusivamente para sua aquisição;
- (v) em relação a obrigações de controladas da EMISSORA devidas à EMISSORA ou a qualquer outra controlada da EMISSORA;
- (vi) sobre ativos ou valores mobiliários de qualquer controlada existente anteriormente à aquisição dessa controlada pela EMISSORA, desde que essa Garantia Real não tenha sido criada como preparação ou condição para essa aquisição;
- (vii) sobre qualquer ativo relacionado a um projeto financiado pela EMISSORA, quaisquer de suas controladas, consórcios ou outras associações nas quais a EMISSORA ou quaisquer de suas controladas participe de qualquer forma, desde que para garantir obrigações incorridas com relação ao financiamento desse projeto;
- (viii) anteriormente à data de celebração da presente Escritura;
- (ix) para garantir obrigações similares àsquelas já contraídas, sobre moeda ou instrumentos equivalentes à moeda depositados em qualquer conta reserva ou similar, necessária ao pagamento de juros incidentes durante um período de até 24 (vinte e quatro) meses, conforme necessário para que uma agência de classificação de risco (agência de *rating*) classifique tais obrigações como *investment grade*;
- (x) no âmbito do refinanciamento de qualquer obrigação contraída anteriormente à data de celebração da presente Escritura que seja garantida por uma Garantia Real, desde que a Garantia Real não exceda o valor da obrigação a ser refinanciada;
- (xi) para garantir obrigações cujo valor principal, somado a todas as Garantias Reais não qualificadas como Garantias Reais Permitidas, não exceda 5% (cinco por cento) do total de ativos consolidados da EMISSORA (de acordo com o U.S. GAAP) em qualquer data em que o balanço da EMISSORA seja preparado e publicado nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA IX. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1.- Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão objeto desta Escritura, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2.- Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 de 23/11/1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31/10/1993, do BACEN.

9.3.- Substituição

9.3.1.- Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação, não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 9.3.6 abaixo.

9.3.2.- Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3.- É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4.- A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro junto com a presente Escritura.

9.3.5.- O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.6.- O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 9.6. abaixo.

9.3.7.- Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.4.- Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

l.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;

l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;

l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

l.5) aquisição facultativa e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura;

l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "l" aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- m.1) na sede da EMISSORA;
- m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) nas Bolsas de Valores e/ou na CETIP, quando e se for o caso; e
- m.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures;
- n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à ANDIMA e à CBLC;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - q.1) à CVM; e/ou
 - q.2) às Bolsas de Valores e/ou à CETIP, quando e se for o caso e/ou
 - q.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

9.5. - Atribuições Específicas

9.5.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da EMISSORA; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

9.5.2.- O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

9.6.- Remuneração

9.6.1.- Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

a) Parcelas anuais antecipadas no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) sendo a primeira devida no quinto dia útil subsequente à concessão do registro pela CVM e as demais na mesma data dos anos seguintes. O valor da última parcela antecipada deverá ser calculado *pro-rata* dia até a Data de Vencimento da Emissão.

b) O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à EMISSORA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data de cada pagamento, com exceção da primeira parcela cuja notificação será enviada com antecedência de 5 (cinco) dias, sendo que se a EMISSORA não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela EMISSORA, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades.

c) O valor das parcelas será atualizado anualmente pela variação acumulada do IGP-M desde a data de assinatura desta Escritura até a data de pagamento de cada parcela, calculado *pro-rata* dia se necessário.

d) A remuneração acima será devida até o cancelamento das Debêntures e mesmo após o vencimento, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA.

e) A remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, sendo tais despesas de responsabilidade da EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação.

f) Em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos

Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura, exceto se o AGENTE FIDUCIÁRIO não cumprir com sua obrigação referida no item "b" acima.

h) as parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS, PIS, COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.2.- Não estão incluídas na remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

9.7.- Despesas

9.7.1.- A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos.

9.7.2.- O ressarcimento, referido acima, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3.- As despesas referidas no item 9.7.1. compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite acordado com a EMISSORA; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.4.- O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.2. acima, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.5.- Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação as Debêntures em tesouraria e de titularidade de coligadas, controladas, controladores, diretores ou conselheiros da EMISSORA, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

10.1.- Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.2.- Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3.- Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

10.4.- Quorum de Deliberação

10.4.1.- Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, e exceto pelo quorum de deliberação estabelecido nos termos da Cláusula VII, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, inclusive as constantes da Cláusula IV da presente Escritura deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazo de Vencimento das Debêntures deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

10.4.2.- Não obstante o quorum de 100% (cem por cento) previsto no item 10.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação do IGP-M, conforme previsto no item 4.2.1 supra, o quorum necessário para definição da nova remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA XI – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1.- O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

11.2.- A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, a Emissão das Debêntures e o cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (d) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(e) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo (os "Prospectos") contêm e conterão, na data de início da distribuição das Debêntures: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA, nas respectivas datas de cada Prospecto, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, (ii) as declarações contidas nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas nos Prospectos em relação à EMISSORA foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há fatos relativos à EMISSORA, nas respectivas datas de cada Prospecto, ou relativos às Debêntures não divulgados nos Prospectos cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à EMISSORA são verdadeiros;

(f) a celebração desta Escritura, a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer um desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela EMISSORA, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução;

(h) as demonstrações financeiras auditadas da EMISSORA incluídas nos Prospectos representam corretamente a posição financeira da EMISSORA naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(i) a EMISSORA está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

- (l) a EMISSORA mantém, ou é beneficiária de, seguros fornecidos por companhias seguradoras de primeira linha, nos valores e coberturas de riscos adequados para suas atividades e dentro de parâmetros internacionalmente adotados por empresas que atuam no mesmo ramo de atividade da EMISSORA, e todos esses seguros estão em pleno vigor e efeito; e
- (m) a EMISSORA obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, à Emissão e à colocação pública das Debêntures.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1.- Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2.- Lei Aplicável

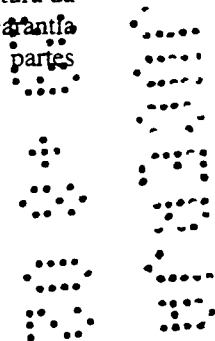
Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.3.- Foro

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. - Revogação e Substituição

Esta Escritura revoga e substitui integralmente as disposições constantes da "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Garantia, Nem Preferência da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS", firmada entre as partes em 29 de julho de 2002.






PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

[Esta Página é parte integrante da "Escritura da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Garantia Nem Preferência da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS", firmada em 16 de agosto de 2002.]

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2002.

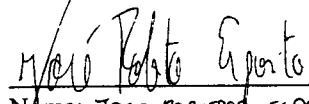
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS



Nome: **ALMIR G. BARBASSA** Nome: _____
Cargo: **Gerente Executivo** Cargo: _____
de Finanças Corporativas

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.**


Nome: **Helen de Oliveira Thomas** Nome: _____
Cargo: **Procuradora** Cargo: _____

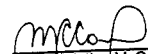
Testemunhas:


Nome: **JOSE ROBERTO ESPOSTO**
CPF: **037.958.007-14**


Nome: **ROSEU FERNANDA RAMOS**
CPF: **054.181.588-13**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CERTIFICO O REGISTRO SOB NOME, NÚMERO E DATA ABAIXO.
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

ED33000006-5/000
DATA : 29/08/2002


Maria Cristina V. Contreiras
SECRETÁRIA GERAL
Decreto de 11/04/2002



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

00-2002/128601-9

JUCERJA

3330003206-1

Atos: 980

PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS

28 ago 2002 14:40:25
Guia: 300/0340113-4

PREVISTO:

ULT. ARQ.: 00001264706 26/08/2002 501

JUNTA	DNRC
220,00	0,00
PRONT.: S/A0086	

